



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Controle social: dilemas e desafios postos à participação social

Heloísa Teles¹

Amanda Gabriela de Souza²

Amanda Sampaio Borges³

Giulia Reis⁴

Jahy Endi Pronsato Sorgon⁵

RESUMO: A incidência da representação política da sociedade civil organizada nas decisões do Estado representa uma conquista importante no bojo das disputas políticas do país, principalmente, quando considerado o seu histórico autoritário e antidemocrático. Nesse contexto, apesar dos limites estruturais que o constituem, o controle social constitui-se como importante ferramenta para a participação social nas políticas sociais. Contudo, passados mais de trinta anos da redemocratização política, importa refletir sobre as condições reais e concretas para a efetivação da participação social nas instâncias de controle social, desenhadas para a gestão, operacionalização e fiscalização das políticas sociais. As reflexões apresentadas no artigo são fruto de revisão bibliográfica e problematizam alguns dos limites que perfazem a efetivação do controle social, destacando a categoria território como tática para a mobilização e organização da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Controle Social; Participação Social; Democracia.

1. INTRODUÇÃO

O controle social, inscrito na Constituição Federal de 1988, é compreendido como instância de controle da sociedade sobre o Estado e representa um avanço fundamental no sentido de concretizar a lógica democrática constitutiva do desenho pretendido para as políticas sociais no Brasil.

Decorridos mais de 30 anos da promulgação da Carta Magna, as instâncias participativas das políticas sociais seguem constituindo-se como objeto de estudos e

¹ Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Serviço Social. Coordenadora do projeto de extensão Democratiza SUAS. Integrante do Coletivo de estudos e pesquisas Veias Abertas/IELA/UFSC. heloisa.teles@ufsc.br.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de extensão do Projeto Democratiza SUAS. Integrante do Coletivo de estudos e pesquisas Veias Abertas/IELA/UFSC. amandagsouza.99@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Estagiária e bolsista de extensão do Projeto Democratiza SUAS. Integrante do Coletivo de estudos e pesquisas Veias Abertas/IELA/UFSC. amandaboorges.ab16@gmail.com

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de extensão do Projeto Democratiza SUAS. Integrante do Coletivo de estudos e pesquisas Veias Abertas/IELA/UFSC. Email: giuliareis.ufsc@gmail.com

⁵ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Estagiário do Projeto Democratiza SUAS. Integrante do Coletivo de estudos e pesquisas Veias Abertas/IELA/UFSC. Email: jahyendi@gmail.com



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

exercício democrático. No entanto, considerando as inúmeras transformações ocorridas na esfera econômica, política e social de nosso país cabe perguntar: o controle social tem servido como mecanismo de reprodução da dominação hegemônica ou ainda se constitui como campo de disputa democrática? Balizado por esse questionamento, o presente artigo pretende problematizar a atualidade e relevância no controle social em meio aos limites inerentes à democracia latino-americana, subserviente ao capital imperialista.

As reflexões aqui sistematizadas apresentam o controle social enquanto ferramenta de resistência da classe trabalhadora, principalmente, quando considerado o seu vínculo com o território. Território, entendido enquanto 'chão' onde as relações de classe se estabelecem, manifestando "todas as ações [...], todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência (Santos, 1999, p.1), deve ser entendido enquanto categoria fundamental para pensar novas possibilidades para a garantia e realização do controle social.

Dito isso, o presente artigo se desenvolve a partir do materialismo histórico-dialético, buscando apresentar algumas das determinações que compõem a realidade social, relacionando o universal ao particular e buscando suas mediações através das categorias do capitalismo dependente, território e controle social. O debate parte da formação sócio-histórica brasileira enquanto substrato que possibilita o florescimento das contradições que, em seguida, nos possibilita elaborar o debate sobre o controle social e seus descaminhos para chegarmos às considerações finais, onde se busca uma reflexão acerca da potencialidade que o controle social pode ganhar quando vinculado ao território de forma orgânica.

2. PRESSUPOSTOS INICIAIS

Ao problematizar os entraves que orbitam o controle social e sua efetiva concretização é essencial pautar a formação sócio-histórica brasileira, uma vez que dela derivam as determinações que constituem a conjuntura atual. O modo de produção escravista guarda a constituição de relações sociais, políticas e econômicas arraigadas no latifúndio, na violência e na exploração.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Na transição para o capitalismo dependente estas condições não são superadas, a inserção da América Latina e, conseqüentemente, do Brasil na “antessala do subdesenvolvimento” (Cueva, 1983) designa à região Morena a função de exploração e expropriação de tudo o que é produzido e exportado para o monopólio estrangeiro.

Considerando a consolidação do capitalismo no Brasil, Fernandes (1976) destaca a tendência histórica brasileira das transformações serem realizadas pelo alto, sendo que, para manter a estrutura dominante que beneficia a elite burguesa, essas mudanças foram superficiais, sem movimentar a ordem e sem trazer novos horizontes para a população ex-escravizada, sejam os povos originários ou de África.

Outrossim, com a abolição da escravidão e a universalização do trabalho assalariado e ‘livre’, ocorreu um processo contraditório: o incentivo à constituição da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que ocorria a barragem da constituição dos trabalhadores ex-escravizados como trabalhadores livres. Para tanto, foram criadas diversas políticas com objetivo de impedir a ascensão do trabalho livre para a população ex-escravizada, resultando na segregação e a criação de uma franja marginal (Moura, 2014) que cumpria os requisitos da dinâmica do capitalismo dependente⁶.

Assim, a população negra ex-escravizada foi deixada em uma posição de extrema vulnerabilidade, sem acesso à terra, a bens para sua subsistência e sem chances de ingressar ao mercado de trabalho. Enquanto isso, foram marginalizados, observando os postos que ocupavam como escravizados serem agora preenchidos por trabalhadores brancos, imigrantes e livres. Isso resultou em uma hierarquização da força de trabalho, onde a mão de obra branca passou a ser mais valorizada, ocupando cargos mais qualificados, enquanto a mão de obra negra se concentrou em posições marginais, realizando trabalhos braçais, menos qualificados e de servidão. Assim o racismo se constitui como elemento organizador e de hierarquização das relações socioeconômicas.

⁶ Querer ver-se, por isto, a Abolição como uma possível revolução democrático-burguesa no Brasil é no mínimo ingenuidade, pois nenhuma das reformas que essa revolução tem por objetivo executar foram feitas com essa medida. [...] Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como burra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação. (Moura, 2014, p. 103).

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Além disso, é necessário enfatizar o lugar que o Brasil, assim como os demais países da América Latina, se encontram diante da divisão internacional do trabalho. Marini (2005), no ensaio *A dialética da dependência*, categoriza o capitalismo dependente nos países latino americanos como aquele que inscreve uma lógica de subordinação destes países, que, mesmo com o discurso da liberdade e independência de suas antigas colônias, ainda sofrem com a dominação dos países de capitalismo central, contribuindo nessa dinâmica para o funcionamento da ordem política, econômica e social em âmbito global, sobretudo, via troca desigual.

Da mesma maneira, Marini discorre sobre a categoria da *superexploração* da força de trabalho como elemento central para a manutenção dessa lógica, combinando três elementos para compensar a perda da mais-valia na produção interna, sendo eles: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Submetida a essa lógica de exploração, a classe trabalhadora se encontra numa condição que praticamente inviabiliza a sua reprodução social em padrões que não sejam bárbaros. Ao ter violado o valor da sua força de trabalho e não tendo o pagamento mínimo para garantir o tempo socialmente necessário para a sua reprodução social, a precarização das condições de vida se agudiza e explicita o caráter nefasto do capitalismo.

Nessa mesma linha, os direitos são ainda mais restringidos e a hierarquização das relações baseadas no recorte de raça, classe e gênero se aprofundam, reiterando o papel do Estado de manutenção e garantia do funcionamento da dinâmica de dependência.

Se no período colonial vivia-se sob uma forma de dependência, ainda não vinculada a divisão internacional do trabalho, com a formação do Estado nacional (processo de independência) e o desenvolvimento do capitalismo pós revolução industrial o Brasil é colocado numa outra relação de dependência, qualitativamente distinta, como aponta Marini (2005), mas que tem suas raízes justamente nesse passado colonial.

No caso brasileiro essa relação se manifesta com ainda mais potência, dado que o processo de independência seguiu reproduzindo a modernização conservadora, tendência perene do desenvolvimento brasileiro, onde as mudanças

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

produzidas não alteraram as estruturas administrativas e a posição de classe e dos setores no poder. Queremos dizer com isso que o Estado “democrático” brasileiro nasce e se desenvolve a partir da necessidade do capital de manter uma relação de subordinação dos países periféricos aos países centrais, como bem coloca Marini (2005).

Essas características nos dão dicas sobre a configuração assumida pela democracia ao longo dos anos e é fundamental para o debate da participação, afinal, quem nunca participou e quem sempre participou das instâncias de poder?

Destarte, é possível apreender que não houve, por conta das restrições imperialistas impostas ao Brasil, a possibilidade de inserção e participação efetiva da sociedade na construção de um projeto de nação, pois por conta das alianças das burguesias nacional e internacional, se transplantou um projeto de nação baseado nos ideais liberais (transmutados para os países dependentes) e de submissão, não havendo espaço para a constituição de uma democracia que falasse de poder, efetivamente. Cabe ponderar que, conforme apontado por Paiva, Rocha e Carraro (2010), a própria concepção de democracia representativa incorporada no Brasil é um produto do pós-ditadura militar, onde a participação se restringe às urnas e não consegue ultrapassar as estratégias de transição pelo alto.

O Estado, nesse contexto, torna-se categoria central para compreensão dessa realidade, visto o papel fundamental que tem desempenhado na dinâmica do capitalismo dependente. Conforme demonstra Osório (2019) na particularidade da dependência o Estado é:

[...] muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação de relações do poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada. (Osório, 2019, p. 17).

Portanto, o papel do Estado é garantir em última instância os interesses do capital, protegendo e reproduzindo a estrutura social hegemônica. Para que alcance esse objetivo, dispõe de estratégias de repressão, por meio da violência institucionalizada - a polícia -, toda e qualquer reivindicação da classe trabalhadora ou de segmentos dela. Mas também, como órgão intrinsecamente contraditório,

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

atende, por meio das políticas sociais e como estratégia de integração de classe, o mínimo para garantir a subsistência daqueles que produzem o lucro. Todavia, vale sinalizar que reconhecemos a essência contraditória das políticas sociais, que não é meramente produto de coesão mas é também resultado da luta e organização da classe trabalhadora, nos próprios limites impostos a ela.

Nesse contexto, a democracia restringida tem sido cooptada pelos interesses do capital e servido de manobra à dominação burguesa, pois através de um corolário ideológico, acaba afastando e reduzindo o acesso da sociedade civil da esfera pública e de seus espaços, resultando na não-participação efetiva dos trabalhadores nessas instâncias. Considerando isso, se reconhece as barreiras da cidadania e democracia nos limites do capital, pois restringe qualquer possibilidade de organização que almeje uma nova ordem societária.

Entretanto, é por conta da - ainda contraditória - democracia que há espaços de organização e resistência, pois é essa capacidade de se reconstruir, de lutar e de resistir diariamente que alimenta o desejo de transformação, mesmo que adormecido ou alienado, e são esses desejos que garantem, mesmo que minimamente, conquistas e potencialidades.

Contudo, há de se considerar a contradição como categoria fundamental para apreensão da realidade social. A democracia capitalista atende e permanentemente atenderá os interesses da burguesia. Do mesmo modo, a democracia é fruto da luta organizada da classe trabalhadora e expressa as disputas possíveis nos limites do capitalismo.

Nessa linha, cabe reconhecer o marco significativo da Constituição Federal de 1988 e todas as conquistas frutos dela na esfera social que legitimam a cidadania. Em diálogo com o objeto de análise proposto nesse artigo, reconhecemos ainda, na particularidade da política de Assistência Social, a garantia de espaços de participação social como fóruns, conselhos e conferências, alcançados como direito por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004).

3 CONTROLE SOCIAL E SEUS DESCAMINHOS

Sob a estrutura capitalista e dependente, o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho enquanto ente extremamente valioso para o capital

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

imperialista. E, como indicado no item anterior, a superexploração da força de trabalho e a dependência impelem os(as) trabalhadores(as) aos interesses do capital, deixando-os(as) com pouca possibilidade de participação social, uma vez que as necessidades inerentes a sua reprodução social demandam, praticamente, todo seu tempo e energia. A materialidade da vida social impõe à classe trabalhadora determinadas prioridades que acabam incidindo diretamente na sua capacidade de mobilização e organização política. Soma-se a isso a ofensiva ideológica capitalista individualista que torna ainda mais difícil a tomada de consciência crítica sobre a exploração e opressão vividas.

Sem pretensões fatalistas, é preciso reconhecer o arranjo burocrático/institucional forjado pelo Estado dependente e seus fetiches como a própria concepção de democracia plena. Todavia, é preciso também reconhecer o caráter contraditório que constitui as relações sociais. Com isto, pretendemos explicitar que muitos mecanismos democráticos instituídos em nosso país têm potencial para produzir importantes mudanças sociais, mas sempre inscritos nos limites do próprio capitalismo.

No bojo das muitas contradições produzidas pelo capitalismo nos interessa refletir um pouco mais sobre as instâncias de participação social criadas pelas políticas sociais, em especial, o controle social, termo que, segundo Correia (2002), tem origem sociológica e é frequentemente usado para se referir a mecanismos que estabelecem a ordem social, regulando a sociedade e subordinando os indivíduos a certos padrões sociais e princípios morais. Raichelis também categoriza que o controle social

implica o acesso aos processos que informam decisões da sociedade política, viabilizando a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e arbitragens sobre os interesses em jogo, além da fiscalização daquelas decisões, segundo critérios pactuados (Raichelis, 2000, p. 9).

Majoritariamente executado por meio dos conselhos, órgãos representativos dos setores governamental e não-governamental ou da sociedade civil organizada, o controle social é visto como uma conquista da sociedade civil e deve ser entendido como instrumento e expressão da democracia.

Agora, é preciso refletir, como já anunciamos anteriormente, se a participação e controle social localizam-se no campo da imagem democrática que garante a

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

normalidade e serve como ferramenta para a manutenção das estruturas de dominação ou, se se encontra no campo das reais conquistas dos trabalhadores como unidade que compõe a cidadania. É preciso também compreender qual sua potência atualmente, enquanto ferramenta de garantia democrática e participativa.

Os conselhos chegaram a ser considerados uma das maiores inovações políticas na década de 1990. Todavia, sua força/capacidade deliberativa/potência é historicamente questionada por diversos motivos que dizem respeito à própria formação sócio-histórica brasileira, bem como as derivações do ajuste estrutural que institui o neoliberalismo como racionalidade estatal e os revezes produzidos nos movimentos e organizações políticas dos trabalhadores.

Diante disso, pode-se afirmar a existência de uma complexa multiplicidade de percepções acerca dos conselhos. Maria Inez Bravo (2011), atenta-se para algumas delas, apontando esses espaços ora como instrumento de alcance do consenso entre diferentes setores da sociedade civil, compondo uma visão utópica e voluntarista, ora como espaços sem nenhum potencial. Baseada em Gramsci, uma terceira concepção reconhece os conselhos como

espaços contraditórios, permeados pela tentativa do capital de anular a expressão popular, mas capazes de obterem conquistas favoráveis aos interesses da classe subalterna, por meio de confrontos com os setores dominantes. (Silva, Medeiros; 2020; p. 2).

Assim, faz-se necessário o questionamento: é pertinente ainda considerá-lo como um espaço relevante de disputa democrática? Algumas autoras nos trarão pontos importantes para essa discussão, entendendo que, no que diz respeito ao controle social

[...] apesar da incerta “garantia de canais de participação local”, não há disposição clara e contundente acerca das estratégias de participação popular, para além do controle social da forma como está colocado na Constituição Federal de 1988. Tal controle social tem sido portador da utopia de superação da herança autoritária no campo da pobreza e da desigualdade, porém, os limites são evidentes e crescentes. A história dos governos autoritários e burocratas, que conduzem de forma centralizada a gestão das políticas públicas, demonstra que tal padrão não é incompatível com o controle social restrito a um tipo de democracia especificamente representativa e liberal, que não democratize para a população o poder de diretamente decidir e participar na gestão e na formulação das políticas públicas. (Paiva; Carraro; Rocha, 2010, p. 255).

Cabe, portanto, refletir sobre como os espaços de controle social tem sido concretizados, se eles cumprem o papel de garantir uma participação ativa na

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

dinâmica das relações de poder entre sociedade e Estado ou se eles, dentro dessa impossibilidade de garantir um real controle sob o governo, não podem cumprir (e talvez já não cumpram) um outro papel: o de ser mera instância burocrática e gerencialista das políticas sociais.

Raichelis (2006) alerta que os espaços dos Conselhos têm sofrido com a pressão do capital e despotencializado a força da organização coletiva. Com isso, cabe questionar se, há tantos anos, não se vê uma real mudança dentro da perspectiva da participação social nesses espaços para o controle do Estado, não seria pertinente pensarmos em uma atuação tática diferente? Afinal, ainda há participação da população e dos trabalhadores nesses espaços; eles não estão capturados pelos lobbies e pelos interesses do Estado dependente.

Inúmeras dificuldades estão presentes nos espaços de execução do controle social: o não cumprimento de leis relacionadas ao seu funcionamento; a burocratização das ações; a desconsideração do poder público perante as deliberações dos conselhos; a precarização da infraestrutura; a falta de orçamento; o desconhecimento da sociedade civil acerca desses espaços; a baixa participação e despreparo por parte dos conselheiros; entre outros. Portanto, como aponta Bravo (2011), apesar de serem considerados um grande avanço democrático, os conselhos não podem ser supervalorizados, nem subvalorizados. Dessa forma, cabe questionar: os espaços deliberativos de controle social são capazes de, sozinhos, produzirem grandes mudanças na sociedade? Estaríamos nós super valorizando esses espaços, na falsa crença da existência de uma participação social justa? Ou estaríamos desvalorizando um locus com capacidade política de transformação, se feito de forma adequada e organizada?

É certo que esses questionamentos revelam os dilemas vividos no seio do controle social. Dilemas que são alimentados pelos constantes desmontes e restrições praticadas no campo dos direitos sociais. No campo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que as exigências para o acesso aos benefícios e serviços sociais são cada vez maiores, enfatizando a ideia de que os mesmos devem ser direcionados a quem merece, o alvo é a população que vive na miséria, restando aos demais grupos sociais afetados pela pobreza a busca pelo protagonismo e empreendedorismo. O aumento das privatizações, da meritocracia e da visualização

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

dos serviços sociais como benesses são efeitos da nova marca do conservadorismo autoritário que atinge a realidade brasileira.

Muito se tem discutido sobre a ampliação da participação social por meio dos conselhos, porém pouco se tem progredido em relação a criação de mecanismos locais de controle social que possam impulsionar os espaços de participação. Isso acaba contribuindo para o afastamento das bases populares. A falta de (re)conhecimento dos conselhos por parte dos setores populares gera a não valorização por parte dos usuários, bem como dos próprios trabalhadores. Como Silva e Medeiros (2020) afirmaram,

É o ciclo perverso da manutenção da subalternidade. A pessoa não participa, porque é subalterna e, porque não participa, aprofunda a subalternidade. [...] talvez a priorização do alcance de objetivos tenha sido responsável pelo esquecimento do processo educativo a ser percorrido na busca de sua efetividade, limitando a sua utilidade ao alcance do fim desejado. É preciso conjugar o alcance do objetivo com o processo para atingi-lo, transformando a trajetória da luta política em transformação e avanço de consciência. (Silva, Medeiros, 2020, p. 7 e 8).

A condução dos conselhos de políticas públicas no Brasil é atravessada por muitas dificuldades, entre elas podemos citar a utilização de burocracias por parte de técnicos integrantes do setor governamental e as manipulações existentes nesses espaços por parte da gestão. Além disso, não há condições materiais que possibilitem a participação mais ampla da população: faltam locais adequados, falta a viabilidade de recursos financeiros que assegurem o custeio da participação; falta formação política, falta compatibilizar os horários das reuniões com os horários de trabalho dos(as) usuários. Tantos são os desafios presentes na efetivação do controle social por meio dos conselhos, que nos resta ponderar sobre a necessidade de aproximar as lutas das pautas populares enquanto estratégia para garantia de resultados mais expressivos do que o que tivemos nos últimos anos. Como destacam Paiva, Carraro e Rocha,

[...] um processo de expansão da participação política (antagônico ao sistema das elites políticas tradicionais) ordena, portanto, a expressão genuinamente popular, cuja dinâmica – em essência contraditória – não poderá escapar de algum experimentalismo. (Paiva; Carraro; Rocha, 2010, p. 256).

Não parece mais lógico buscar essa expressão genuinamente popular não só nos Conselhos e demais espaços de controle social, mas também nos territórios em

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

que tais espaços estão ancorados? Essas são questões que demandam o aprofundamento das reflexões aqui apresentadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser considerado uma conquista importante, o controle social, alicerçado na Constituição Federal, possui limitações derivadas das próprias circunstâncias sócio-históricas do Brasil. Portanto, ainda que o controle social seja uma estratégia importante, a crença de que o ele, sozinho, é capaz de efetuar mudanças significativas é ilusória.

A potência do controle social se encontra no território, espaço capaz de impulsionar o crescimento da mobilização e organização dos(as) trabalhadores(as), uma vez que é essa a instância que unifica sua presença e a presença dos(as) usuários(as). Atenta-se aqui a importância da busca por uma direção, tendo em vista que os espaços de controle social vem carregando consigo uma utopia. Questionamos, então: onde queremos chegar? Devemos saber.

As considerações presentes nesse artigo se aproximam do tema com o intuito de causar provocações e reflexões acerca das condições para a efetivação do controle social no âmbito das políticas sociais. É fato que conceito da democracia plena apenas será possível em outro modo de se fazer a produção e reprodução das relações sociais, que não o capitalismo. Porém, ainda no contexto de capitalismo dependente em que o Brasil se insere, apontamos aqui a possibilidade do estabelecimento de estratégias que favoreçam o avanço das condições de reprodução social da classe trabalhadora. O controle social, assim como a participação social, são elementos estratégicos capazes de construir rumos à superação do capitalismo.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês. Conferência II: Potencialização das Representações do Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas e de Direitos. In: SEMINÁRIO NACIONAL “O CONTROLE SOCIAL E A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO”, 2011, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF: CFESS,

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

2011. p. 53-67. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/livrosite_seminariocontrolesocialCFESS-CRESS.

Acesso em: 4 mar. 2024.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. Que controle social na política de Assistência social? In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 23, n.72, nov.2002. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Controle_Social_-_rec.pdf

CUEVA, Agustín. O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina. São Paulo: Global Ed., 1983.

DA SILVA, V. R.; A COSTA DE MEDEIROS, M. R. Desafios e possibilidades para o controle social de políticas públicas no atual contexto de retrocesso dos direitos sociais. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. e36745, 2020. DOI: 10.15448/1677-9509.2020.1.36745. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/36745>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

MARINI, M. Ruy. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.(orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

OSORIO, Jaime. O Estado no capitalismo dependente. In: OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. 2aed. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 205-238 [cap. 7]

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 250-259, 2010.

RAICHELIS, R. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil. In: MOTA, M.E. (et al) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

